

OS COLONOS DA ÁFRICA PORTUGUESA SOB O REGIME COLONIAL E SEU DESLOCAMENTO PARA O BRASIL NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

*Zeila de Brito Fabri Demartini**
*Daniel de Oliveira Cunha***

Resumo: Milhares foram os colonos portugueses que passaram pela África e vieram viver no Brasil após a derrocada do império português, em 1975. Também vieram viver neste país os brancos nascidos no continente africano, chamados de “velhos colonos”, associados pelos anti-colonialistas aos portugueses, embora em grande parte se considerassem africanos. Muitos deles de fato se articularam com os interesses da metrópole, apesar de muitos outros se associassem aos nacionalistas negros e mestiços, definindo-se também com a categoria africana de “filhos da terra”, orientados para a causa das independências das colônias. Este artigo aborda as tensões político-ideológicas e identitárias individuais e coletivas fundamentais que se processaram entre os “velhos colonos” e os “recém-chegados” desde sua vivência no âmbito da situação colonial até a sua chegada a este país de acolhimento, o Brasil.

Palavras-chave: Colonos africanos no Brasil. Pós-colonialismo. Tensões político-ideológicas.

Abstract: Thousands of Portuguese rural workers came to establish themselves in Brazil leaving Africa after the destruction of the Portuguese Empire in 1975. Also came to this country white people, born in Africa as well and called “old colonists” because they were associated with the Portuguese colonizers by the anti-colonizers, although they mostly considered themselves as Africans. In fact, most of them were articulated with the interests of Portugal, though many others were more connected to black and mestizo nationalists. These ones were defined also as the African category of “sons of earth”, oriented to the cause of independence of the colonies. This paper analyses the fundamental political, ideological and identity tensions – individual and collective tensions – that emerged among “old colonists” and “new comers” since their life during colonial situation until their arrival in this country of adoption, Brazil.

Keywords: African rural workers in Brazil. Post-colonialism. Political-ideological tensions.

INTRODUÇÃO

Estas reflexões pautam-se em estudo mais amplo sobre fluxos migratórios mais recentes para São Paulo, especialmente nas décadas de 1960

* UMESP/CERU/CNPq. E-mail: zeila@usp.br

** CERU/USP e Centro de Estudos Africanos/USP. E-mail: oliveiracunha@hotmail.com

e 1970. Neste, aborda-se a questão dos deslocamentos no mesmo período de portugueses (e seus descendentes) tanto de Portugal como das ex-colônias de povoamento portuguesas da África para o Brasil; dessa forma, consegue-se vislumbrar a enorme complexidade que os permeia e os inúmeros questionamentos que vão colocando aos pesquisadores. Nesse processo de pesquisa, paralelamente à construção de representações sobre os acontecimentos e suas implicações sociais, foi-se, também, “desconstruindo” algumas idéias iniciais, acrescentando novas indagações sobre as anteriormente existentes.

Concorda-se com os estudiosos que chamam a atenção, de um lado, para a complexidade da situação colonial que envolveu as colônias de povoamento portuguesas na África, de onde vieram os imigrantes considerados; de outro lado, para a ainda restrita produção acadêmica (pelo menos a disponibilizada em publicações) sobre as implicações dos movimentos políticos em Portugal e nas suas colônias na África para os que aí residiam, no tocante às dimensões familiares, culturais, educacionais, religiosas, além dos sentimentos e conflitos que os acompanharam. Há certamente uma literatura sobre o período considerado, mas geralmente produzida pelos envolvidos em posições de projeção nos movimentos, constituindo-se, ela própria, isto é, os vários escritos, em documentos a serem analisados. Mas ainda não são muitos os estudos mais sistematizados desenvolvidos sobre esse período considerado, nem sobre as questões que abordam tais deslocamentos e os sujeitos neles envolvidos. Entre tais estudos estão os importantes artigos e livros de Fernando Tavares Pimenta (2004, 2005) e de Cláudia Castelo (2004, 2007).

FLUXOS MIGRATÓRIOS E DIFERENTES CONTEXTOS

Embora não existam dados precisos sobre o número de colonos portugueses exilados e refugiados de Portugal e África para o Brasil nesse período, sabe-se que desembarcaram aos milhares em solo brasileiro (OITENTA ANOS, 1992). Como recordam alguns de nossos entrevistados vindos de Angola na altura das independências de Moçambique e Angola, em 1975, chegaram ao Brasil em torno de 20.000 pessoas fugindo dessas ex-colônias; muitos dos que para cá vieram decidiram depois ir recomeçar suas vidas na antiga metrópole ou em muitos outros países. A ausência ou indisponibilidade de dados oficiais no Brasil sobre tais fluxos é um grande problema (RIBEIRO, 1996; DEMARTINI et alii, 2005b).

Muitos estudiosos sobre esse período histórico relativamente ao contexto europeu e ao africano chamam a atenção para os poucos estudos acadêmicos mais críticos sobre Portugal e suas colônias, tanto antes como depois de 25 de abril de 1974 (LOURENÇO, 1999, p. 139; PAULO, 1996, p.

103-104). Fala-se em “críticos” porque, antes desta data, sobretudo antes da subida de Marcello Caetano ao poder (1969), foram publicados, principalmente a cargo da Junta de Investigações do Ultramar (JIU), centenas de trabalhos acadêmicos comprometidos com o aprimoramento da administração colonial portuguesa (GRAÇA, 2005), havendo em seu conteúdo a predominância de discursos apologeticos ao regime então vigente.

Esse artigo focaliza mais especificamente os fluxos migratórios de portugueses e luso-africanos das antigas colônias portuguesas da África em direção a São Paulo (Brasil), motivados pelas pressões políticas das difíceis e complexas realidades africana e portuguesa, além das econômicas, que os diferenciaram das levadas migratórias anteriores.

No caso específico desses imigrantes que vieram para São Paulo, cruzaram-se em suas histórias as vivências sócio-culturais de contextos muito distintos: 1) dado seu pertencimento a famílias de origem portuguesa, o contexto português colonizador como referência; 2) o contexto de vivência africano, muitos tendo aí nascido e 3) o contexto paulista/brasileiro de adoção. O estudo, ainda em curso, pretende explorar as complexas vivências do deslocamento e da inserção no novo contexto, os conflitos identitários que esse processo migratório e as novas vivências colocaram aos imigrantes; também os laços mantidos com o contexto de origem. Buscou-se compreender como os imigrantes reconstruíram esse processo, que tem como referência três diferentes contextos, o metropolitano, o colonial e o pós-colonial.

A NECESSÁRIA COMPLEMENTARIDADE DAS FONTES E A IMPORTÂNCIA DOS RELATOS ORAIS

Por tratar-se de um período recente, com poucos estudos sistemáticos que possibilitassem uma melhor delimitação da problemática a ser pesquisada, assim como a localização de fontes de informações, optou-se pela utilização de fontes orais, paralelamente a fontes documentais e literatura sobre o período.

Ao pesquisar diferentes grupos de imigrantes em São Paulo, tem-se procurado adotar uma postura sociológica que nos permita realizar a “imersão” na realidade, como propõe Bastide (1983). Já se vem estudando há vários anos alguns grupos de imigrantes que começaram a chegar a São Paulo a partir da segunda metade do século XIX, suas trajetórias, suas diferentes formas de inserção em território paulista e paulistano ao longo do século XX, as instituições às quais se vincularam (suas escolas, igrejas, hospitais, clubes etc.), assim como as transformações por eles introduzidas na metrópole de São Paulo (DEMARTINI, 1997). Tais estudos, a origem familiar e a convivência desde a infância com grupos de imigrantes os mais diversos, foram levando à apreensão de fatos sobre imigração e imigrantes em parte diferenciados das explicações mais genéricas sobre as sucessivas

levas dos muitos grupos que chegaram a São Paulo, isto é, que procuravam conhecer as suas causas comuns, as semelhanças nas características e nas trajetórias; procurou-se, ao contrário, conhecer a diversidade de experiências que acompanharam os diferentes grupos de imigrantes (DEMARTINI, 2003a, 2003c). Para tanto, a opção na pesquisa pela diversidade dos sujeitos/imigrantes foi determinante. Assim, conseguiu-se apreender aspectos antes insuspeitos da inserção de japoneses, portugueses e alemães em São Paulo: as várias motivações que os levaram a sair do país de origem e a diversidade de situações vivenciadas nos primeiros anos da chegada, entre os que foram trabalhar em fazendas do interior do estado e os que procuraram trabalhar na área metropolitana, mesmo que em atividades rurais. Acompanhando diferentes sujeitos, observaram-se: as variadas estratégias por eles desenvolvidas para sobreviver economicamente, praticando no novo contexto atividades que já exerciam antes ou aprendendo outras, que lhes eram mais rentáveis; as relações sociais que estabeleceram com os imigrantes do mesmo grupo e também as relações estabelecidas com os vários outros grupos sociais existentes na mesma época em São Paulo; as instituições por eles criadas e as estratégias desenvolvidas por cada um dos grupos imigrantes para manutenção de sua cultura de origem, mesmo em períodos em que alguns grupos (japoneses, alemães e italianos) foram fortemente controlados pela política nacionalista do governo brasileiro e pelas pressões políticas da Segunda Guerra Mundial, como ocorreram nas décadas de 1930 e 1940; as mudanças ocorridas na cultura do grupo, no novo contexto e as vivências das gerações sucessivas das famílias imigrantes, com suas diferentes trajetórias, conflitos e representações identitárias, entre vários outros aspectos.

Em tais estudos, a construção da problemática/questões, assim como a escolha dos sujeitos foi ocorrendo durante o processo de pesquisa, com a participação do próprio grupo imigrante. Trabalha-se sempre com a perspectiva da complementaridade entre as fontes de pesquisa; muitas vezes, essas fontes só foram explicitadas e vieram à tona a partir dos próprios imigrantes. Privilegiam-se nos estudos sobre imigração os relatos orais obtidos junto aos imigrantes ou seus descendentes, considerando a diversidade acima explicitada; mas também é incorporada a documentação escrita existente sobre o grupo e aquela por ele produzida; as fotos, os espaços de vivência (construções, móveis, objetos etc.). Nesse processo de construção conjunta, trocam-se os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores e por eles; ouvem-se de imigrantes e, principalmente de seus descendentes, observações a respeito de aspectos de suas culturas que estavam conhecendo por meio dos pesquisadores; de um grupo japonês que havia escrito a própria história, a observação elogiosa de que eles tinham outra história, as quais vivenciaram, mas que não se davam conta de sua existência, explicitada durante o processo de pesquisa por meio das questões a eles dirigidas.

Com essas mesmas preocupações empreendeu-se mais recentemente, como já foi comentado, estudo sobre fluxos migratórios mais recentes para São Paulo, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período ocorreram fluxos migratórios de portugueses e luso-africanos das antigas colônias portuguesas da África em direção a São Paulo (Brasil), motivados pelas pressões políticas das difíceis e complexas realidades africanas e portuguesas, marcadas pelas guerras de independência e pela chamada Revolução dos Cravos.

Entretanto, em virtude da escassez de pesquisas sobre a temática dos fluxos migratórios resultantes desses eventos históricos, tentar apreender as memórias daqueles que participaram de alguma maneira do processo imigratório tornou-se ainda mais premente.

O trabalho com as biografias dos imigrantes provenientes da África apresentou-se como um caminho bastante promissor para a abordagem de questões sobre esses períodos de mudança. Foram utilizadas o que se denomina de histórias de vida resumidas (DEMARTINI, 2005a), pois pareceram mais adequadas para o tratamento do período considerado. A princípio, não se sabia exatamente o que os imigrantes iriam relatar (em verdade, nunca se sabe com antecedência e há poucos estudos sobre esses temas, como já se apontou) e, ao se optar pelas histórias de vida e pelo seu contraste, poder-se-ia aprofundar ao longo das entrevistas as temáticas que parecessem mais importantes ao esclarecimento das questões. O processo mesmo de localização e contato com possíveis entrevistados não somente no estado de São Paulo, mas em outros estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná), foi complicado e demorado. As memórias dos entrevistados, obtidas sob a forma de relatos orais nos remeteram a lugares, pessoas e acontecimentos; as narrativas permitiram verificar como os continentes se cruzam na construção dessas memórias, construídas individual ou socialmente. Seja vindo diretamente das “colônias” africanas para o Brasil, seja de Portugal para a África e para o Brasil, ou da África para Portugal e para o Brasil, os entrevistados fazem referências a esses lugares tão distantes, mas tão próximos quando pensam em suas vivências.

Como já se previa, a complexidade dada pela temática e pelas questões investigadas levou a optar pela diversidade e complementaridade das fontes. Como em outros estudos, constatou-se que documentos escritos (livros, jornais, levantamentos de dados em arquivos de instituições, literatura etc.) levavam aos informantes e ajudavam na realização de entrevistas, mas os informantes com seus relatos levaram também a novos documentos, dos quais muitas vezes eram os únicos possuidores e à formulação de novas questões. No tocante à documentação escrita realizou-se um primeiro levantamento de dados pela fonte que pareceu mais adequada para uma primeira aproximação: a grande imprensa paulista. A literatura relacionada à temática foi outra fonte incorporada na pesquisa; decidiu-se investir na pro-

cura de obras referentes às questões da pesquisa que tivessem sido escritas antes, durante ou após a eclosão dos movimentos que resultaram nos fluxos migratórios focalizados. Esse trabalho apresentou-se, desde seu início, como tarefa a ser realizada por meio de contatos com outros pesquisadores, visita a sebos, consultas a sites de diferentes bibliotecas etc. Mas é importante ressaltar que muitos livros que foram sendo localizados chegaram ao conhecimento por meio dos próprios entrevistados, evidenciando mais uma vez a importância de incorporar no estudo diversas fontes, que, de alguma maneira, dialogam durante o processo. Alguns entrevistados trouxeram consigo – e apresentaram aos pesquisadores – os livros divulgados pela própria propaganda política salazarista e, sobretudo, os livros censurados durante o Estado Novo produzidos por colonos portugueses ou africanos brancos e negros, ou importados de Portugal, da França ou do Brasil. Outros tantos apresentaram textos e poesias de protesto de sua própria autoria, em que recordam e denunciam as brutalidades levadas a cabo tanto pelo órgão de repressão do regime português (a PIDE, Polícia Internacional de Defesa do Estado, depois rebatizada DGS, Direcção Geral de Segurança) como pelos rebeldes engajados nas guerrilhas de “libertação”. Também outros foram obtidos por meio de contatos com pessoas que permaneceram em Portugal e nos países africanos. Os livros selecionados tratam geralmente de assuntos políticos e, mais especificamente, sobre a questão do colonialismo português e da luta pela independência das províncias ultramarinas. São diversas as suas características e os estilos neles expressos, podendo se apresentar como literatura ficcional – romance ou conto – como poesias de protesto – explícito ou velado – como literatura de testemunho – exemplificada por biografias, autobiografias ou relatos de guerra – ou mesmo como estudos historiográficos, etnográficos ou sociológicos, mas que muitas vezes carregam consigo forte impregnação ideológica. Tais livros podem ainda se apresentar, sobretudo, como literatura política, seja em forma de panfleto ou manifesto, de tratado político ou libelo. Todos esses livros, uma vez identificados e relacionados com seus leitores, lançam uma luz adicional sobre as características e as clivagens internas dessas importantes correntes migratórias de portugueses e africanos – representadas por refugiados que formam entre si subgrupos, estratificados em termos culturais, sociais, econômicos, políticos e ideológicos – vindos para o Brasil em função de um processo histórico de descolonização primordialmente político ou, ainda, geopolítico, ou do processo de derrubada da ditadura salazarista. O processo de pesquisa desenvolvido, pautado nessas diferentes fontes e na reflexão contínua entre pesquisadores, pessoas envolvidas no processo migratório e também em entrevistas com os filhos da terra africana, que lá permanecem, permitiu chegar a observações sobre aspectos importantes para a compreensão dos deslocamentos de portugueses para a África; dos deslocamentos para o Brasil; das implicações políticas do período em Portugal, na África e

no Brasil; das relações sociais e identitárias na situação colonial, em Angola e Moçambique e no contexto brasileiro de adoção; a complexidade dos campos educacional, cultural e religioso, com vários modelos sendo propostos, entre outros aspectos.

AS CRISES E TENSÕES NA SOCIEDADE COLONIAL AFRICANA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS VIVÊNCIAS DOS SUJEITOS

O fluxo forçado de portugueses e luso-africanos brancos no período considerado está associado a momentos agudos de crise vivenciados pela sociedade colonial. Analisar as vivências dos indivíduos pertencentes aos vários grupos, nestes momentos de crise, parece permitir, como também já alertou Balandier (1951), que as crises podem ser reveladoras.

A análise das memórias dos imigrantes entrevistados, provenientes de Angola, Moçambique e Portugal revelaram em grande parte a complexidade da situação colonial, os pertencimentos a vários grupos, as alianças com as “minorias” dominantes e com os dominados.

Algumas dimensões da situação social e política merecem ser relembradas, para que as observações que abaixo estão sintetizadas sejam mais bem compreendidas.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, a partir da década de 1940, Portugal acelerou sua política de colonização na África, estimulando a ida de portugueses para lá fixarem residência e trabalharem. Segundo algumas fontes, cerca de 300.000 portugueses estariam vivendo em Angola em 1970, e em torno de 150.000 em Moçambique.

Nesse mesmo período, o governo português discutiu diferentes propostas políticas para tentar solucionar o agravamento da crise na sociedade colonial.

Ainda na década de 1960, perante uma nova conjuntura externa marcada pelas independências políticas das antigas colônias inglesas e francesas na Ásia e na África e pelas crescentes pressões das Nações Unidas contra a permanência de regimes coloniais, e também diante das atribulações políticas causadas pelas primeiras sublevações armadas em Angola e por uma tentativa de golpe de Estado em abril de 1961, a coesão interna do regime salazarista começa a se desfazer em razão do crescente descontentamento, mesmo no interior do governo, relativo tanto à delicada questão do assimilacionismo nas colônias como ao intransigente centralismo até então vigente. Assim, apresentam-se entre os governistas portugueses ao menos três alternativas divergentes para a reforma da associação político-administrativa entre estados ou províncias, sempre subordinados a um único governo central: “o unitarismo integracionista, a solução “marcellista” e o modelo federalista – com suas eventuais variantes –, sendo que o primeiro e o terceiro já eram debatidos e

confrontados nos meios acadêmicos, jurídicos e políticos metropolitanos desde princípios do século XIX”. (CORREIA, 1991)

Também no início dos anos 60, período em que estavam em processo de esfacelamento os decadentes impérios coloniais britânico e francês, é também lembrado como o marco inicial das primeiras revoltas de grupos armados, em cenário africano, contra o colonialismo português.

A África foi, então, palco de uma série de independências políticas que havia sido desencadeada desde a emancipação de Gana, em 1957, e da Guiné-Conacry, no ano seguinte. Mas foi somente em meados da década de 70 que as então denominadas “províncias ultramarinas” portuguesas romperam com a metrópole e com um diferencial em relação a outros países do continente: sem se acomodarem em soluções neocoloniais.

No caso de Angola, arrastaram-se quatorze anos de luta armada, desde o início de 1961 até meados de 1975, período de sua independência e da quase completa derrocada do Império Colonial Português (PINTO, 1976; ROCHA, 2002; SANTOS, 1975).

Nos anos 60, os nacionalistas angolanos, com a intensificação de sua militância, que já vinha se formalizando desde a década anterior, não tiveram dificuldades em obter o apoio explícito de governos africanos recém-constituídos. Assim, o primeiro dos movimentos de libertação nacional formado naquela colônia, a União dos Povos Angolanos (UPA), pôde contar, em nome da causa pan-africanista e por razões geo-estratégicas, com o financiamento econômico e o auxílio militar-logístico de países como o Zaire, Gana, Guiné-Conacry e Egito e, fora do continente, dos Estados Unidos – cuja política externa havia sido atraída pela retórica anticomunista de Holden Roberto, um dos fundadores e o principal líder da UPA e depois da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Outro importante movimento nacionalista, rival da UPA, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação ideológica marxista, teria também seus aliados externos, entre eles o Congo-Brazzaville, Zâmbia, a União Soviética e, em especial, Cuba. Internamente, sobretudo em Luanda e no meio rural das províncias ao norte, surgiam os primeiros grupos de guerrilheiros que iriam entrar em confronto com os oficiais em quarentena nos postos administrativos, nos estabelecimentos militares e nas prisões sob os quais flamulava a bandeira portuguesa. Esse é o início das chamadas Guerras de Libertação/Guerras de Independência/Guerras Coloniais, primeiramente em Angola, e depois alastradas para outras colônias.

O Império português experimentaria nesse período uma subtração ao seu domínio no continente asiático, com a invasão e anexação, pela União Indiana governada por Javaharlal Nehru, do Estado português da Índia, que compreendia Goa, Damão e Diu. Entrementes, em Angola a repressão policial e militar a alguma revolta civil passaria então a ser executada com desproporcional violência, como veio a ocorrer no caso do levante dos

plantadores de algodão na Baixa do Cassanje (Malanje), quando a retaliação das forças armadas portuguesas, usando *napalm*, matou cerca de sete mil camponeses que se manifestavam pacificamente contra suas condições de trabalho. Em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, a ação armada de nacionalistas angolanos foi respondida com uma brutal repressão nas periferias – os musseques – da cidade, o que provocou centenas de mortos (PINTO, 1976; ROCHA, 2002). Só nesses primeiros meses de guerra, teriam morrido, segundo fontes nacionalistas, 70.000 africanos do Norte de Angola, e cerca de dois mil portugueses. Já o número de refugiados para o Congo, ao Norte, chegou a ser contabilizado em 150.000. A própria competição entre “comitês de solidariedade” dos movimentos nacionalistas, formalmente criados alguns anos antes, para a captação desses refugiados na fronteira engendrou conflitos entre militares da União das Populações de Angola (UPA), formado naquela mesma região, e do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), formado por luandenses e presente nas regiões do Norte e no Congo desde fins de 1961. Aliás, o chamado Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), mantido no Congo, estava associado ao MPLA.

Foi, todavia, a UPA, o primeiro movimento a levantar em armas contra o colonialismo português, quando, em meados de março de 1961, na cidade congoleza de Ndjiji, são recrutados os primeiros combatentes para ações de guerrilha na fronteira. O MPLA passará para a luta armada pouco mais tarde, em novembro do mesmo ano, quando sua primeira operação militar, chefiada pelo Comandante Tomás Ferreira, é aniquilada pelas forças da UPA. Com ideologias e propostas nacionalistas bastante diversas, as duas frentes de libertação iriam se chocar ao longo dos anos, passando o MPLA somente a ter preponderância como alternativa programática de combate ao colonialismo e como proposta de formação de um novo país, apenas após 1965.

Enquanto boa parte dos quadros iniciais do MPLA havia surgido no seio da *intelligentzia* branca e mestiça de Luanda e Benguela, muitos deles profissional e intelectualmente formados na metrópole e em outros países europeus, os membros da UPA, negros em sua totalidade, estiveram, desde o início de seu engajamento, mais voltados para as aspirações independentistas das populações rurais situadas no norte do território angolano, região que remotamente fora parte do reino do Congo. Surge aqui outra clivagem – além da ideológica e racial – que antepunha UPA e MPLA: se este exercia nos seus primeiros anos uma maior influência nas cidades, aquele sempre teve como base de apoio interno o conjunto de aldeias em que os seus habitantes falavam o kikongo, nos distritos do Zaire, Uíge e Cuanza Norte (DÁSKALOS, 2000; PIMENTA, 2004; ROCHA, 2002; SERRANO, 1991/1992, 2000).

Outras formações nacionalistas foram criadas no período da guerra colonial. O mais importante dos movimentos leuconacionalistas, isto é, na-

cionalistas majoritariamente brancos, foi a Frente de Unidade Angolana (FUA), que em sua formação inicial durou apenas dois anos (1962 a 1963), tendo ressurgido com configuração diversa em 1974-1975. Alguns dos seus quadros, depois de passarem pela África do Norte e pela Europa, vieram como exilados para o Brasil. Praticamente todos os seus integrantes vieram a apoiar o MPLA, por afinidades ideológicas, embora com diferenças quanto à ênfase de tal aproximação (o que originou, em reunião na Argélia, o racha entre “condicionais” e “incondicionais”). Tivemos oportunidade de fazer contatos com alguns deles ou com seus familiares aqui residentes.

Um ponto de extrema importância para os estudos dos colonos portugueses em Angola após a Revolução dos Cravos e antes da independência é a reordenação das alianças entre os distintos movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA e FNLA) e os colonos geograficamente espalhados pelo território, após os Acordos de Alvor, entre estes três grupos nacionalistas e o novo governo progressista português, os quais propunham uma transição para um governo pluripartidário em Angola.

Grande parte dos habitantes do Huambo e do Bié aproximou-se então da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola, criada em 1966) devido ao discurso conciliador de seu líder fundador, Jonas Savimbi, mesmo que antes muitos dos colonos tenham tido maiores simpatias pelo MPLA. Em Luanda, era majoritário o apoio ao MPLA, embora os outros grupos tivessem o seu numeroso eleitorado. Mesmo a FNLA, apesar das lembranças traumáticas, entre os brancos, dos massacres perpetrados pela UPA no norte em março de 1961, recebeu algum apoio dos colonos, em razão da mudança de tom nos discursos também conciliatórios de Holden Roberto.

Agostinho Neto, por sua vez, insistiu no ataque frontal às propostas neocolonialistas defendidas veladamente por uma enorme parcela dos colonos, chegando a assinalar: “Não queremos aqui um outro Brasil.” Embora tivesse força em Luanda, o “multi-étnico” MPLA estava internamente dividido por dissidências ideológicas (as chamadas Revoltas Ativa e de Leste) contrárias à chamada Ala Presidencialista, de Neto (negro), Lúcio Lara (mestiço) e António Jacinto (branco), o que muito o enfraqueceria durante o processo de transição. Mesmo assim, o movimento cristalizado em partido obteve maior legitimidade interna e internacional para tomar a frente da emancipação política de Angola.

Após a independência das províncias ultramarinas, todas as discussões e projetos elaborados em Portugal evidentemente caíram no esquecimento, e somente voltaram a ser estudados em período recente. Em Angola, terminaram por predominar as propostas separação total, reforçadas pelo forte centralismo político-administrativo (CORREIA, 1991), defendido pelo MPLA, que havia proclamado unilateralmente em Luanda a República Popular de Angola, reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro antes mesmo dos países socialistas.

Apesar da invasão sul-africana, apoiada pela UNITA, mas logo barrada pela superioridade militar das tropas cubanas e soviéticas de apoio ao MPLA, o grande problema de unidade estatal após a emancipação política se restringiu ao caso do enclave de Cabinda, alvo das pretensões expansionistas do Zaire (SANTOS, 1975). Criada pouco antes da independência pelo empresário Alexandre Tchioufou, homem ligado a petroleiras francesas, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) passou a praticar mobilizações guerrilheiras na famosa floresta do Mayombe, contra as demais forças armadas, visando o controle do enclave, que é a região mais rica em petróleo de Angola. Ainda hoje contestam o poder central de Luanda, apesar de suas incontornáveis divisões internas.

Os “velhos” e “novos” colonos vindos de Angola tiveram o Brasil como destino desde o início da guerra colonial, no início dos anos 1960. Alguns militantes nacionalistas (não somente brancos, mas também mestiços, negros e indo-portugueses) vieram como fugitivos da repressão do regime salazarista, e formam ainda hoje uma rede, hoje internacional, de amigos. Vieram de diversas regiões daquele território. Evidentemente, mais de grandes cidades como Luanda, Nova Lisboa (hoje Huambo) e Benguela, mas também de outros lugares, tais como Cabinda, Bié, Cuanza Sul e Huíla. Mas é notável a quantidade de portugueses e luso-africanos encontrados em todo o Brasil – oriunos sobretudo de Luanda e Huambo – e vindos em meados dos anos 1970, sobretudo em 1975, altura de sua fuga da guerra civil angolana iniciada pela intensa luta armada pelo poder entre os movimentos de libertação.

Em Moçambique, a partir de 1959, começa a aumentar a chegada de quadros técnicos da administração pública, da indústria e dos serviços, aumento que atinge seu auge em 1965, data a partir da qual a quantidade de colonos portugueses começa a decrescer. Uma parcela dos imigrantes metropolitanos tinha uma formação pouco superior à dos habitantes locais, e é por este contraste – entre outras razões – que se intensificam as aspirações dos negros que haviam perdido parcelas de terra para os novos colonos e dos demais que desejavam receber um pagamento equitativo pelo seu trabalho, em relação aos dos brancos.

Se em Angola os movimentos de libertação começaram a se formar na década de cinqüenta, o primeiro a surgir em território moçambicano foi a União Democrática de Moçambique, fundada por Adelino Guambe em 1960. No ano seguinte, exilados moçambicanos criam em Mombaça, no Quênia, a União Nacional Africana de Moçambique, mas em 1969, ano dos primeiros levantes armados, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de Eduardo Mondlane, ascendeu como o principal movimento nacionalista moçambicano, tendo inclusive conseguido a união com os dois outros movimentos então existentes.

Alguns brancos, tanto “velhos” como “novos” colonos, aderiram à FRELIMO. Mas a grande maioria foi forçada a se retirar, primeiramente para Portugal, e em segundo lugar para a vizinha África do Sul (tendo sido a Suazilândia ponto de paragem para alguns). Mas uma quantidade considerável, embora muito menor que a de colonos oriundos de Angola, também veio para o Brasil. Alguns destes eram empresários e funcionários públicos ou privados ligados aos interesses da alta burguesia de Lourenço Marques (hoje Maputo). Notamos que há em São Paulo muitas famílias oriundas do antigo colonato do Limpopo, que fora estabelecido no sul de Moçambique. Mas também contatos famílias vindas de outras regiões, como Nampula, ao norte daquele país.

Levando em conta o cenário político e a complexidade da situação colonial, a reflexão sobre o conteúdo das diferentes fontes pesquisadas, assim como a inserção dos pesquisadores no universo dos imigrantes pesquisados, permitiu-nos chegar a algumas observações, a serem ainda melhor estudadas. Abaixo estão arroladas, de forma bastante sucinta, algumas delas:

- com relação à compreensão dos deslocamentos de portugueses para a África: verificamos as condições de chegada dos portugueses às regiões africanas, as vivências das gerações e sua saída; as diferentes inserções na realidade africana, mas, de qualquer modo, a possibilidade visualizada e real de ascensão social para muitos deles, tanto os que foram com poucos recursos, como os que foram como funcionários de empresas ou do governo.
- com relação aos deslocamentos para o Brasil: Portugal geralmente aparece como nação de referência (primeira opção para os portugueses e luso-africanos) mas com a qual entram em conflito, em decorrência de divergências políticas, disputas no mercado de trabalho, rejeição pelos residentes em Portugal etc., surgindo o Brasil como opção viável pelas possibilidades/facilidades existentes no momento (a importância das redes de apoio aos imigrantes em São Paulo).
- uma outra ordem de questões refere-se aos novos deslocamentos que permeiam os fluxos vindos na década de 1970. Como já se observou, os deslocamentos ocorridos na década de 1970, relacionados aos movimentos políticos, não finalizaram para grande parte das famílias contatadas e entrevistadas: em quase todas é citado o retorno de familiares para Portugal, no caso dos que de lá vieram, e também para os que anteriormente residiam em países africanos, e mais recentemente resolveram mudar-se para a antiga metrópole. Raramente há indicações de retorno de familiares dos que vieram da África, para esse continente. O que se conseguiu apreender, principalmente com base em entrevistas, é

que há um movimento de fluxo constante/contínuo (ainda não definitivo ou claramente resolvido) entre Portugal, países dos PALOP (Angola e Moçambique) e Brasil. Permeando esses fluxos, estão geralmente razões econômicas, políticas, sentimentais, que foram aproximando/afastando pessoas originárias de diferentes contextos;

- com referência às relações sociais e identitárias, verificou-se:
 - na África, antes da partida, a convivência entre portugueses/descendentes e negros africanos era reduzida, geralmente estabelecida nas relações de trabalho (negros sendo empregados) – os portugueses que chegaram muito pobres conviveram com negros em escolas assistenciais ou públicas. Mas há uma representação generalizada de que não havia preconceitos/discriminações.
 - depois de chegarem ao Brasil: inserção econômica e social dos que vieram dos dois continentes. Constituição de novas identidades; entre os imigrantes da África, poucos fazem referência à incorporação da “brasilidade” em seus relatos, assumem-se como “portugueses”, “lusso-africanos” ou “africanos”, e só com alguma exceção como “lusso-afro-brasileiros”;
 - interessante observar que os que se assumem como africanos parecem remeter aos territórios africanos em que a maioria branca era a “dominante”, não discutindo abertamente a presença da maioria negra no poder, apenas questionando as guerras e a miséria pós-independência. Para além das questões econômicas e políticas, da perda de bens, dos deslocamentos forçados, há uma questão étnico-cultural marcada por preconceitos que parece permanecer em aberto, ou ainda, pode ter se acentuado com os processos de independência, em que os portugueses “brancos”, aliados ou não, tiveram que deixar seus contextos de origem. Há preconceitos, mágoas, tristezas, decepções cruzando os mares, em direção à África e a Portugal.
- com relação aos aspectos educacional e cultural visualizam-se:
 - as tentativas de imposição do modelo colonizador português nas diferentes escolas e as resistências várias;
 - as discriminações e preconceitos na prática pedagógica; os distanciamentos entre portugueses e negros nos países africanos;
 - as percepções (dos que viviam na África) do contexto português como conservador (especialmente para as mulheres);
 - as dificuldades (dos que vieram de Portugal e dos países africanos) para inserção no sistema educacional brasileiro (também enfrentamentos, preconceitos);

- no caso dos imigrantes que vieram de Portugal e de países africanos, a pesquisa em curso também evidenciou que os problemas educacionais merecem uma análise mais detalhada: pudemos constatar que os processos de escolarização foram diferenciados entre os imigrantes com maiores ou menores recursos econômicos, tanto em Portugal como na África; que eram diversificadas as políticas e práticas educativas, envolvendo instituições e agentes variados; que há ambigüidades e desigualdades entre brancos e negros no campo educacional; que nas escolas, em países africanos e em Portugal, as idéias e propostas dos movimentos revolucionários estiveram presentes apesar do empenho de Portugal de, por meio do sistema educativo, manter sua dominação. “O objectivo comum a todas as práticas de educação e ensino, na metrópole e nas colónias, seria a criação do “espírito imperial”, uma estratégia homóloga às que se enquadram nos fins de doutrinação atribuídos à “Educação Nacional” (MÓNICA, 1978; NÓVOA, 1992). Foi possível ainda entrever que muitas críticas ao sistema educacional brasileiro, feitas pelos entrevistados, têm como referência os seus países de origem: nessa direção, a educação nas escolas brasileiras é representada como “mais fraca”, tanto pelos que vieram de Portugal como pelos que vieram de Angola ou Moçambique.
- com relação ao campo religioso constatou-se:
 - a convivência com a religião católica do Estado português e suas dimensões colonizadoras. Ao mesmo tempo percebe-se o campo religioso como espaço para críticas ao colonizador, por meio das reflexões, especialmente a partir das religiões protestantes (mas também católica);
 - foi possível observar que a Igreja Católica, por meio de suas ordens religiosas, fez-se presente entre os portugueses e descendentes, tanto entre os de maior poder aquisitivo, como entre os que nos primeiros anos na África passavam por situação de miséria. Alguns desses últimos conseguiram nas ordens religiosas mais assistencialistas (como a Congregacionista) o apoio para abrigarem os filhos em suas instituições não arcando assim com os custos de comida e escolarização. Mas também os que já se encontravam em boas condições econômicas recorriam às escolas católicas, por considerarem que eram mais rígidas e disciplinadoras que as escolas públicas existentes nas colônias. Nesse caso, os filhos algumas vezes eram mandados para a Europa. Vale lembrar que também missões protestantes tiveram presença forte nas colônias africanas, muitas delas atendendo mais a população chamada de “indígena”/“inculta” (GONÇALVES, 1960). Eis os prin-

cipais grupos missionários: congregacionistas (ou congregacionais), metodistas, batistas e adventistas. As autoridades portuguesas também suspeitavam de antemão desse potencial emancipador das igrejas evangélicas disseminadas pelo território angolano, que ofereciam aos autóctones a possibilidade de rejeitar a má qualidade do ensino rudimentar “de adaptação dos indígenas” associados aos postos de administração regional, e de aprender algo mais sobre novas realidades sociais e culturais;

- do ponto de vista do campo familiar observa-se:
 - as freqüentes separações no processo imigratório;
 - a constituição de famílias com “convivências” diferentes em Portugal, na África, no Brasil. Em cada descolamento, há rompimentos com parentes que permanecem no contexto anterior ou se dirigem para outros (sem levar em conta os que, do Brasil, estão retornando ou indo para Portugal). A análise dessa dimensão (familiar) permite pensar que, para além dos deslocamentos de mão-de-obra em tempos de globalização, tão freqüentes os deslocamentos ocorridos em decorrência de movimentos de independência dos países africanos em direção ao Brasil implicaram a constituição de famílias “intercontinentais” e mutantes, constituídas em cada contexto por diferentes participantes (avós/pais/filhos) (pais e filhos) (sozinhos) etc. Há quase que um tom de “normalidade” nos relatos dos imigrantes às referências às ausências familiares, aos encontros e desencontros, ao convívio à longa distância;
- do ponto de vista político constata-se:
 - a complexidade de situações existentes e sua mutabilidade em cada contexto: os vários grupos, as várias alianças, as várias propostas políticas etc.; a participação dos colonos brancos nas lutas de libertação das colônias africanas; a presença de pertencentes/aliados dos movimentos entre os que imigraram para São Paulo. Do ponto de vista das circunstâncias políticas do período, pudemos ir delineando um “mapa político” da situação colonial, com os vários grupos existentes, as alianças por eles estabelecidas, assim como a indicação de algumas propostas para as sociedades em constituição. Por meio dos relatos orais, pudemos apreender críticas contundentes tanto aos chefes políticos de Portugal, como às lideranças dos movimentos revolucionários; especialmente, tivemos algum contato com lideranças envolvidas nos processos revolucionários, por meio das representações dos que os apoiavam e dos que a eles se opunham. Também foi possível verificar a existência de diversos projetos de país, vinculados aos diferentes atores políticos envolvidos no processo colonial.

A pesquisa sobre os aspectos acima, que se tem procurado analisar mais nitidamente e sobre os quais já foram escritos em alguns outros textos (DEMARTINI et alii., 2003b, 2005b) e relatórios de pesquisa, levaram a desconstruir algumas imagens que foram moldadas e de certa forma acompanham os deslocamentos de portugueses e luso-africanos em direção a São Paulo no período considerado. Assim, pode-se constatar que, ao contrário da homogeneidade de origens, trajetórias e pertencimentos sócio-político-culturais, os que vieram da África apresentavam grande diversidade não só de origens familiares e étnicas, mas também de trajetórias de trabalho e posicionamentos políticos.

Como dizia Roger Bastide (1983) e reafirmava Maria Isaura Pereira de Queiroz em suas orientações de pesquisa, é o mergulho na realidade que permite melhor compreendê-la e que, ao invés de sedimentar as ideologias que a permeiam, pode evidenciar novos aspectos e recolocar as questões sob novos olhares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, G. La situation coloniale: approche théorique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. 11, p. 44-79, 1951.

BASTIDE, R. Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida. In: Queiroz, M. I. P. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU, 1983. (Coleção Textos. n. 4).

CASTELO, C. *A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)*. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ClaudiaCastelo.pdf>

_____. *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

CORREIA, P. P. *Descolonização de Angola: a jóia do Império Português*. Luanda: Editorial Inquérito; Ler & Escrever, 1991.

DÁSKALOS, S. *Testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000.

DEMARTINI, Z. B. F. Culturas escolares: algumas questões para a História da Educação. In: GUSMÃO, N. M. M. (Org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003a. p. 135-158.

DEMARTINI, Z. B. F.; GUSMÃO, N. M. M.; CAMPOS, M. C. S. S. *Imigrantes portugueses e luso-africanos no pós-guerra: trajetórias no contexto paulista*. São Paulo: CERU/CNPq. 2003b. Pesquisa Integrada.

_____. Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas. In: Rocha-Trindade, M. B.; Campos, M. C. S. S. (Orgs.). *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro/Universidade Aberta/CERU, 2003c. p. 157-178.

_____. *Viagens vividas, viagens sonhadas: os japoneses em São Paulo na primeira metade do século*. In: Lang, A. B. G. (Org). *Famílias em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: Humnitas, 1997. (Coleção Textos, série 2, n. 7).

_____. Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração. In: Rocha-Trindade, M. B.; Campos, M. C. S. S. (Orgs.). *História, memória e imagens nas migrações*: abordagens metodológicas. Oeiras: Celta, 2005a. p. 99-133.

DEMARTINI, Z. B. F.; CUNHA, D. O.; DOPPENSCHMITT, E. C. S. Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 16, p. 41-54, 2005b.

FRANCO, A. A. M. *O espírito e a ação*: ensaios inéditos. Sel., rev., transc., introd. e notas de Afonso Arinos Filho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. (Coleção Afrânio Peixoto).

GONÇALVES, J. J. *Protestantismo em África*: contribuição para o estudo do protestantismo na África portuguesa. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

GRAÇA, P. B. *A construção da nação em África*. Coimbra: Almedina, 2005.

LOURENÇO, E. *Mitologia da saudade*: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MEREDITH, M. *Fate of Africa*: from the hopes of freedom to the heart of despair. New York: Perseus Books, 2005.

MÓNICA, M. F. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

NÓVOA, A. Inovação e História da Educação. *Teoria & Educação*, n. 6, p. 210-220, 1992.

OITENTA ANOS. Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo: 1912-1992. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PAULO, J. C. Vantagens da instrução e do trabalho: “escola de massas” e imagens de uma “educação colonial portuguesa”. *Educação & Cultura*, Portugal, n. 5, p. 99-128, 1996.

PIMENTA, F. T. *Branços de Angola*: autonomismo e nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Minerva, 2005.

_____. *Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975)*. 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/FernandoPimenta.pdf

PINTO, J. N. *Portugal, os anos do fim*: a revolução que veio de dentro. Lisboa: Economia & Finanças, 1976.

RIBEIRO, J. T. L. Migração internacional Brasil-África: Angola em destaque. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996. p. 122-132.

ROCHA, E. *Angola*: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964). Luanda: Kilombelombe, 2002. Vol. 1 e 2: Testemunho e estudo documental. (Coleção Ciências Humanas e Sociais. Série História de Angola; 1 e 2).

SANTOS, F. B. *Angola, na hora dramática da descolonização*. Lisboa: Prelo, 1975.

SERRANO, C. Angola: o discurso do colonialismo e a antropologia aplicada. *África – Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, São Paulo, n. 14-15, 1991-1992.

_____. Etnicidade, mobilização e recrutamento da luta de libertação de Angola. In: Neves, F. S. (Org.). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono*: mitideologias, realidades e potencialidades. Lisboa: Universitárias Lusófonas, 2000. p. 169-82.